

Circular nº 131/2012

Brasília, 16 de maio de 2012

Às seções sindicais, às secretarias regionais e aos Diretores do ANDES-SN

Companheiros,

Encaminhamos informes da reunião do GT Carreira Docente, realizada em Brasília, no dia 15 de maio do corrente ano.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Luiz Henrique Schuch

1º Vice-Presidente

## **INFORME DA REUNIÃO DO GT CARREIRA DOCENTE Brasília, 15 de maio de 2012**

A reunião estava marcada para as 17h, depois adiada para as 18h, porém o atraso dos representantes do governo determinou que fosse iniciada somente às 19h45. O término da reunião ocorreu às 22h40.

### **Presentes**

ANDES-SN (Marina Barbosa Pinto, Luiz Henrique Schuch, Almir Serra Martins Menezes Filho), SINASEFE, PROIFES, GOVERNO (SRT/MP: Sérgio Mendonça, Marcela Tapajós, Edina Maria Rocha Lima e assessores; SESu/MEC: Dulce; SETEC/MEC: Aléssio e Carmem).

O governo inicia a reunião com o secretário Sérgio Mendonça justificando o atraso na agenda em decorrência das negociações com outras categorias também marcadas a mesma tarde e parabeniza o MEC, os docentes e todo o setor da educação dizendo que a avaliação interna do governo e a pressão do movimento foram decisivos para a definição de baixar a Medida Provisória para efetivar o resultado das negociações do ano passado.

Houve alguns registros por parte das entidades a respeito da MP 568. A seguir, assumindo que “a bola está com o governo” disse que passariam a apresentar os pontos para a reestruturação da carreira segundo as discussões internas ao governo que depois de debatidos serão sistematizados para apresentarem às entidades em forma de documento.

Marcela Tapajós passou a apresentar os itens que, segundo ela, são o resultado do nível atual do debate sobre as divergências que fez o governo rever alguns pontos e que os tem levado a trabalhar na reconstrução daquela minuta de PL já repassado as entidades. Acrescentou que cada passo é delicado, mas estão trabalhando no texto para reapresentar às entidades.

- 1- Quanto a estrutura dos cargos: manter cargos separados em duas carreiras distintas porém aperfeiçoando o paralelismo;
- 2- Quanto à classe de Sênior: o governo está abandonando a perspectiva de incluir a nova classe, estruturando a carreira MS em Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado e o cargo isolado de titular, e a carreira EBTT D1, D2, D3, D4 (que agrupa a classe especial e o D5)
- 3- Quanto ao professor titular: mantém a previsão de professor titular como cargo isolado;
- 4- Quanto ao regime de trabalho: mantém 20h, 40h e DE;
- 5- Quanto à regulamentação da DE: nos termos apresentado anteriormente na minuta de PL do governo para as duas carreiras;
- 6- Quanto à remuneração por projeto: Prever nas duas carreiras retribuição por projetos;
- 7- Quanto ao ingresso na carreira: somente no nível inicial independentemente da titulação;
- 8- Quanto ao desenvolvimento na carreira: mantendo regras de progressão e promoção com exigências definidas para galgar padrões e galgar classes. Promoção para a segunda classe por avaliação de desempenho; promoção para a terceira classe para quem está no último

nível da anterior, por avaliação de desempenho; promoção para a quarta classe nas duas carreiras para quem está no último nível da classe anterior por avaliação de desempenho e exigência de titulação (para MS exigência também de estar vinculado a pós-graduação e programas de pesquisa nos últimos dois anos). Para a carreira EBTT está sendo cogitado algum tipo comprovação de Notório Saber Tecnológico para considerar equivalência à titulação exigida;

- 9- Quanto à composição remuneratória: VB mais RT em valores nominais;
- 10- Quanto ao estágio probatório: estabelecer regras nas duas carreiras;
- 11- Quanto à composição do corpo docente: incluir também na carreira EBTT a previsão de visitantes, visitantes estrangeiros e substitutos;
- 12- Quanto a CPPD: prever nas duas carreiras as normas gerais para institucionalização das CPPD;
- 13- Quanto ao interstício: definir nas duas carreiras o interstício de 18 meses como uma das condições para evolução de padrão remuneratório;
- 14- Quanto à transição: buscar uma solução para a confusão estabelecida quanto à progressão D1/D3;

Aléssio acrescentou que estão trabalhando conceitos de piso e teto de forma que as estruturas sejam comparadas, além de destacar que estudam uma forma de certificar o “notório saber tecnológico” para que o acesso à última classe não seja restrita exclusivamente aos doutores.

Dulce acrescenta que a perspectiva é construir duas carreiras observando a similaridade entre elas com mesma estrutura, mesma forma de ingresso e mesma condição de progressão.

Marcela complementou dizendo que ainda estão em estudo dois temas: revisão das regras de transição para garantir direitos de 2008 para cá o que pode incluir, por exemplo, uma janela de adesão na carreira EBTT para os docentes dos ex-territórios.

Foram solicitados vários esclarecimentos e apresentados posicionamentos dos representantes das entidades, em especial destacando que o alongamento já existente na carreira, as barreiras para chegar a final da carreira, a forma de tratar retribuição por titulação e a negativa do governo em sinalizar o debate sobre regras de transição e sobre malha remuneratória são muito prejudiciais.

A manifestação do ANDES-SN registrou a grande frustração em termos de concepção de carreira e em termos da aversão demonstrada pelo governo de absorver os elementos trazidos para o debate pelas outras partes da negociação, verbalmente e documentalmente, já que, salvo a questão do Sênior, as regras agora apresentadas repetem essencialmente o estágio em que se encontravam em dezembro de 2010. Foi feito um protesto para destacar que a concordância do ANDES-SN com o ingresso no início da carreira foi condicionada à absorção de elementos conceituais combinados com estrutura e desenvolvimento na carreira diversos daquilo que o governo insiste em fazer, para não gerar distorções ainda maiores do que aquelas já impostas. Por exemplo, com o ingresso de doutores com funções e padrão remuneratório inicial daquilo que o governo quer continuar chamando de “auxiliar”.

A manifestação do ANDES-SN aprofundou críticas e apresentou propostas sobre: a segmentação injustificável em duas carreiras; a desorganização da estrutura e da lógica da grade/steps; a retribuição por titulação como gratificação fora do vencimento e ainda pior em valores nominais; a ausência de solução para irracionalidade do cargo isolado de professor titular; o desenvolvimento da carreira imposto como uma corrida de obstáculos na lógica da avaliação por desempenho e sem respeitar o que devem ser os percursos acadêmicos e sem considerar a avaliação institucional; a desconsideração ao princípio constitucional da indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão ao condicionar o desenvolvimento na carreira até adjunto focado em ministrar aulas na graduação e depois condicionar a evolução pós-adjunto focada nas exigências de vinculação com a pós-graduação e a pesquisa; a destruição da essência do regime de dedicação exclusiva, a quebra da isonomia e a violência contra o preceito da autonomia universitária pela insistência em normatizar nacionalmente retribuição por projetos; tentativa de consolidação da violência praticada quando da criação da classe de associado que “empurrou para baixo” boa parte da categoria, especialmente os aposentados; a protelação que representa chegar nesse momento sem trazer a posição do governo sobre a transposição e em torno de referenciais remuneratórios. Ficou uma indagação final: o professor doutor concursado, entrando na carreira com as mesmas atribuições do cargo docente pertinente a todos os demais, por oito anos, será auxiliar de quem?

Outras críticas e propostas foram acrescentadas por vários dos presentes.

Aléssio pediu a palavra para “comentar um erro” e disse que vai rever a barreira de doutorado para chegar à última classe da carreira EBTT, já que isso seria acrescentar algo superior a exigência atual que é do título de mestre.

Sérgio Mendonça encaminha para o final da reunião, já ultrapassando 22h30, dizendo que colheram muito material para discutir internamente na bancada do governo, que a contribuição foi riquíssima, que tem as dificuldades inerentes a complexidade do governo e isso exige muitas conversas internas.

Declara que esta carreira com certeza é prioritária e propõe marcar nova agenda que depois de várias cogitações ficou definida para o dia 28 de maio às 11h.

Ao final, Marina pediu a palavra e informou sobre a última reunião do setor das IFES do ANDES-SN, falando sobre a deflagração da greve, sua pauta e sobre a rodada de assembléias gerais que está em curso.

Brasília, 16 de maio de 2012